

# Petição contra barragem "Vale das Botas", no Rio Alva

Petição contra a construção da mini-hídrica "Vale das Botas" (Concelho de Tábua e Concelho de Arganil)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República, Nós, abaixo assinados, somos contra a construção da Barragem e Central Eléctrica no rio Alva, a desmatção e desarborização de 196,66 hectares de vegetação ripícola. Este projecto, datado de 2010-2012, compreende a construção de um açude de betão com 13,5 metros de altura, um estaleiro (área de construção com um mínimo de 2.500 m<sup>2</sup>) e uma central eléctrica. Ao ser concretizado, a obra iria alterar o rio Alva para sempre.

Por isso gostaríamos de nos insurgir, enquanto cidadãos desta região da Beira Litoral, contra este atentado ambiental e solicitar a intervenção de V. Exas. para se anular definitivamente o projecto mencionado em prol da protecção tão necessária de uma Natureza cada vez mais devastada.

Reiteramos aqui os motivos factuais que fundamentam a nossa posição desfavorável em relação a este projecto:

1. Desmatção e desarborização total de um corredor arbóreo de 196,66 hectares, para que sejam inundados com o intuito de criar uma albufeira com um comprimento de 3,5 km, entre Côja e Meda de Mouros. A destruição da natureza existente seria total também nas outras áreas afectas à construção da barragem. Durante a construção, veículos pesados iriam atravessar as povoações durante, pelo menos, 16 meses.
2. A barragem em causa iria apresentar uma eficiência em termos de produção energética bastante reduzida. Em termos comparativos, uma eólica produz 2 a 5 vezes mais energia e existem na região parques eólicos instalados com capacidade de ampliação. Produção de energia eléctrica a partir de recursos hídricos constitui uma técnica obsoleta cuja eficácia já há muito contestada pela ciência.
3. A qualidade da água e a vida no rio vão alterar-se. De momento, a qualidade da água na zona de Vale das Botas é notavelmente melhor do que nas proximidades de Côja, e com esta barragem iria piorar substancialmente. Os peixes, lontras e outros animais iriam perder o seu habitat natural.
4. Nadar no rio Alva ao longo destes 3,5 km de albufeira não seria possível e as praias fluviais, (ex-libris de uma região seriamente afectada pelo grande incêndio de Outubro de 2017), iriam ser duramente afectadas. No parecer emitido para o projecto, coordenado pela Associação Portuguesa do Ambiente, está referido que se espera uma quebra de conectividade fluvial.
5. A electricidade produzida na barragem seria caríssima. O Estado propor-se-á a pagar 0,90 euros por megawatt/hora ao invés de custear 0,45 euros, uma tarifa garantida com um regime de licenciamento agilizado como o que existe para os parques eólicos. Tal medida apenas beneficia o investidor e não os contribuintes.

6. Foi uma empresa privada que ganhou o direito de fazer o investimento, apesar de existirem fortes oposições de poderes municipais envolvidos. Portugal só perde com isto!

7. Esta barragem constitui mais uma ameaça para o Interior, uma região de Portugal já extremamente afectada e fragilizada por uma desertificação acentuada, incêndios florestais devastadores como os de 2017, e mais recentemente a ameaça da exploração de lítio. Chega de uma mentalidade de extracção para a nossa região. Exigimos uma estratégia de valorização e não de delapidação dos recursos!

8. Preocupamo-nos com a herança que vamos poder deixar aos nossos filhos e netos. As gerações vindouras têm o direito ao mesmo mundo de biodiversidade tal e qual nós o conhecemos.

9. O nosso micro-clima ir-se-ia modificar drasticamente. A barragem iria aumentar enormemente a superfície da água e os níveis de humidade iriam sofrer um acréscimo, com nevoeiros matinais diários, o que iria ter um impacto nefasto sobre a produção de azeite e outras culturas. Temos muitas oliveiras em Meda de Mouros e arredores, factores de extrema importância para a subsistência dos pequenos agricultores da zona.

10. Meda de Mouros é agora uma mancha verde no meio de uma área que ardeu por completo em 2017. Urge manter a pouca natureza intacta que temos e nós propomo-nos a protegê-la com todos os meios ao nosso alcance.

O projecto desta barragem em específico, pretendia em 2010, reforçar a conformidade do Estado português no que dizia respeito ao Protocolo de Quioto. Ora, o objectivo de Portugal de atingir 31% de energias renováveis consumidas em 2020 já foi alcançado. De acordo com a REN, em Janeiro deste ano, as fontes de energia renovável contribuíram com 68,17% do total da geração de electricidade. Neste contexto, a construção de uma hídrica no rio Alva está desprovida de qualquer sentido.

Juntos podemos: salvar o nosso rio com os seus habitantes, toda uma vegetação ribeirinha e 11 edifícios antigos/ocorrências patrimoniais, dos quais 10 iriam ficar submersos!

Na expectativa de uma resolução, atentamente,

(abaixo assinados)